

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Aroldo José de Lima**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcddh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcddh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA N° 2121/2018-PGJ, DE 21.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, ouvido o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza licença para elaboração de trabalho final do curso de “Mestrado em Garantismo, Direitos Fundamentais e Processo Judicial”, promovido pela Cátedra de Cultura Jurídica da Universidade de Girona/Espanha, em convênio com o Instituto de Direito e História, IDH, com prejuízo de suas funções, pelo prazo de 1 (um) mês, a partir de 6.8.2018, nos termos do artigo 158 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e da Resolução nº 001/2016-CSMP, de 20.9.2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2122/2018-PGJ, DE 21.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, ouvido o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja licença para elaboração de trabalho final de “Mestrado em Garantismo, Direitos Fundamentais e Processo Judicial”, promovido pela Cátedra de Cultura Jurídica da Universidade de Girona/Espanha, em convênio com o Instituto de Direito e História, IDH, com prejuízo de suas funções, pelo prazo de 1 (um) mês, a partir de 13.8.2018, nos termos do artigo 158 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e da Resolução nº 001/2016-CSMP, de 20.9.2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2135/2018-PGJ, DE 21.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Thiago Bonfatti Martins 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2014/2015, a serem usufruídos no período de 6 a 15.8.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2136/2018-PGJ, DE 21.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Antonio Carlos Garcia de Oliveira	12.4.2014	13.7.2018
Emy Louise Souza de Almeida Albertini	20 e 21.4.2014 e 16.5.2015	8, 9 e 10.10.2018
Felipe Almeida Marques	4.3.2018	22.6.2018
Marcos Roberto Dietz	4.7.2015	22.6.2018
Thiago Bonfatti Martins	19 e 20.7.2014	16 e 17.8.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2137/2018-PGJ, DE 21.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça de Campo Grande Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha e Fernando Jorge Manvailer Esgaib para, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, sem prejuízo de suas funções, representarem o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul na composição do Comitê Julgador, Selo Social “Prefeitura Amiga da Mulher”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2138/2018-PGJ, DE 21.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018, por ter atuado no período de 2 a 6.1.2018, a ser usufruído no dia 25.6.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2139/2018-PGJ, DE 21.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 2047/2018-PGJ, de 15.6.2018, na parte que concedeu o 2º período de férias à Promotora de Justiça Christiane de Alencar, que seriam usufruídas de 10 a 19.12.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2140/2018-PGJ, DE 21.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto 9 (nove) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018, por ter atuado no período de 29.12.2017 a 6.1.2018, a serem usufruídos nos períodos 9 a 12.7.2018 e 1º a 5.10.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2141/2018-PGJ, DE 21.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto 4 (quatro) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 14 a 21.8.2017 e no dia 28.10.2017, a serem usufruídos nos dias 13.7, 8, 9 e 10.10.2018, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2145/2018-PGJ, DE 22.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 5º Promotor de Justiça de Campo Grande, Plínio Alessi Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 8ª Vara do Juizado Especial – Justiça Itinerante – da referida Comarca, no período de 25.6 a 6.7.2018; e tornar sem efeito a Portaria nº 1895/2018-PGJ, de 5.6.2018, na parte que designou o Promotor de Justiça Silvío Amaral Nogueira de Lima.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2146/2018-PGJ, DE 22.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “F”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso, Matheus Carim Bucker, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Dois Irmãos do Buriti, no dia 25.6.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2147/2018-PGJ, DE 22.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça George Zarour Cezar, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 23ª Zona Eleitoral, nos dias 22 e 25.6.2018, em razão de compensação e férias do Promotor de Justiça titular, Felipe Almeida Marques.

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2142/2018-PGJ, DE 22.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Nomear Natália França Saraceni para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 2127/2018-PGJ, DE 21.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Fernanda Meira Guerra Birolini, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC3, símbolo MPFC-303, no período de 28 a 30.5.2018, em razão de licença compensatória referente a banco de horas e licença para tratamento de saúde; e no período de 1º.6 a 27.11.2018, em razão de licença-maternidade da servidora Marcela Diniz Borges de Pauli.

**HELTON FONSECA BERNARDES**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2133/2018-PGJ, DE 21.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, na parte que concedeu férias ao servidor Ewerton Cardoso da Silva, de forma que, onde consta: Período de Gozo – 9 a 18.7.2018, passe a constar: Período de Gozo – 7 a 16.1.2019.

**HELTON FONSECA BERNARDES**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2143/2018-PGJ, DE 22.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Christiane Naomi Hiratsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC5, símbolo MPFC-305, no período de 25.6 a 4.7.2018, em razão de férias da servidora Lygia Mara Rosa da Silva Moraes.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**EXTRATO DO CONTRATO 37/PGJ/2018.**

Processo PGJ/10/1930/2018.

Partes:

1 – Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, Helton Fonseca Bernardes.

2 – J R S DE AQUINO, representada por José Roberto Santos de Aquino.

Amparo Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

Licitação: Dispensada. Contratação emergencial por meio de cotação pelo menor preço.

Objeto: Fornecimento de mão de obra, de modo contínuo, com trabalhadores que exerçam atividades de jardineiro e auxiliar de jardinagem, com carga horária para cada empregado disponibilizado de 44 horas semanais, para conservação e manutenção dos prédios do Ministério Público Estadual (Procuradoria-Geral de Justiça, GAECO e Promotorias de Justiça da Capital – Unidades da Rua da Paz e Ricardo Brandão).

Valor estimado mensal: R\$19.257,51 (dezenove mil, duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e um centavos).

Vigência: Pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 25 de maio de 2018.

Data da assinatura: 19 de junho de 2018.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****FÁTIMA DO SUL****EDITAL Nº 05/2018**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 06.2018.00001951-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, nº 810, Jardim Primavera, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

Inquérito Civil Público Nº 06.2018.00001951-5

Requerente: Núcleo Ambiental do MP/MS

Requerido: Pampa Com. Imp. Exp. de Produtos Alim. Ltda.

Assunto: Apurar a operação da empresa Pampa Com. Imp. Exp. de Produtos Alimentícios Ltda no Estado de Mato Grosso do Sul sem o devido registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Fátima do Sul-MS, 18 de junho de 2018.

SUZI D'ANGELO

Promotora de Justiça

**JARDIM****PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2018.00000136-9:****RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA**

O Ministério Público Estadual, por sua Promotora de Justiça que ao final subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 129 da Constituição Federal, artigo 132 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 26, inciso IV, alínea “b” e artigo 28, ambos da Lei Complementar n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul), e:

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é dever do servidor público desempenhar com zelo e presteza os trabalhos que lhe forem incumbidos;

CONSIDERANDO que, independente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Município, os servidores devem observar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que todo funcionário responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, podendo estas acumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, assim como as respectivas instâncias;

CONSIDERANDO que o processo administrativo disciplinar é um instrumento destinado a apurar administrativamente a responsabilidade de servidor, por infração praticada no exercício de suas atribuições;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo n. 09.2018.00000136-9 (Nº no CIC 08/2017), foi instaurado em 11 de abril de 2017 para acompanhar o Processo Administrativo nº 001/2017/CMDCA visando apurar eventuais irregularidades praticadas pela Conselheira Tutelar Clementina Saraiva;

CONSIDERANDO que o artigo 12, inciso XII da Lei Municipal de nº 1.130/2015 dispõe que compete ao Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes - CMDCA: "Instaurar por meio de comissão específica, de composição partidária, sindicância administrativa e processo administrativo disciplinar para apurar eventual falta praticada por Conselheiro Tutelar no exercício de suas funções, assegurando ao acusado o exercício ao contraditório e à ampla defesa.";

CONSIDERANDO que o ofício nº 19/CMDCA/GLL/2018 comunicou que a sindicância foi mais uma vez anulada, tendo em vista que não observou-se os requisitos da Lei Municipal nº 1.130/2015, no que se refere a quantidade de membros da comissão;

CONSIDERANDO que em razão da anulação da sindicância, os trâmites do Processo Administrativo nº 01/2017 será reiniciado, procrastinando a conclusão da sindicância;

CONSIDERANDO que o § 14 do artigo 69 da Lei Municipal nº 1.130/2015 dispõe que o prazo para conclusão do Procedimento Administrativo será de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias a depender da complexidade do caso;

CONSIDERANDO que a Comissão Especial deve observar fielmente as disposições da Seção XIII (Do Processo Administrativo Disciplinar e sua Revisão) da Lei nº 1.130/2015, a fim de que seja evitada mais uma nulidade;

CONSIDERANDO que o §2º do artigo 67 da Lei Municipal nº 1.130/2015 dispõe que a Comissão Especial receberá assessoria jurídica do advogado/procurador do Município;

CONSIDERANDO que, em que pese já tenha transcorrido um ano desde a sua instauração, até a presente data, não há informações acerca da conclusão do Procedimento Administrativo n. 01/2017;

CONSIDERANDO, portanto, que o prazo disposto no artigo 69, §14 da Lei nº 1.130/2015 (de 30 dias) há muito foi extrapolado no referido procedimento administrativo;

CONSIDERANDO que a demora no término das apurações administrativas pode representar possível negligência ou outros desvios de conduta por parte dos servidores integrantes da comissão processante, de modo que a extrapolção do prazo deve ser devidamente justificada por motivos aptos e válidos a fundamentar-lhe;

CONSIDERANDO que constatando-se qualquer infração aos deveres funcionais dos membros da comissão, caberá a autoridade superior instaurar o competente procedimento administrativo disciplinar;

CONSIDERANDO que, embora seja pacífico na jurisprudência que a extrapolção de prazo para conclusão da sindicância e/ou procedimento administrativo não acarreta, de pronto, sua nulidade. No entanto, deve-se atentar ao princípio da razoabilidade, de modo a não permitir que as apurações se perpetuem no tempo de modo a tornar inócua a atuação apuratória e repressiva da administração;

CONSIDERANDO que eventual demora na conclusão do procedimento disciplinar, longe de gerar prejuízos ao servidor acusado, é passível de criar em seu favor a possibilidade de extinção da punibilidade pelo advento do termo final do prazo prescricional estabelecido em lei;

CONSIDERANDO que a inobservância dos preceitos legais acarreta violação ao princípio da legalidade, estando apto a caracterizar ato de improbidade administrativa, nos moldes previstos no art. 11, da Lei 8.429/92;

CONSIDERANDO a necessidade de evitar a ocorrência de irregularidades de maior monta;



RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e da probidade administrativa, e em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade RECOMENDAR, à Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, de Guia Lopes da Laguna/MS, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes, que:

- a) No prazo de 30 (trinta) dias conclua o Procedimento Administrativo nº 01/2017, com a efetiva aplicação das sanções, se for o caso, sob pena de serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor do responsável pelo retardamento dos trabalhos;
- b) Que a comissão sindicante observe fielmente as disposições constantes na Lei Municipal nº 1.130/2015, solicitando, caso necessário, auxílio à assessoria jurídica da Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna/MS;
- c) Findo o prazo, encaminhe cópias de todo o apurado, notadamente da comprovação de registro e efetivação de eventuais sanções aplicadas em desfavor da servidora pública sindicada;

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se a autoridade acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor do responsável.

Outrossim, encaminhe-se a presente Recomendação para conhecimento e tomada das providências que entenderem cabíveis, para:

- a) Assessoria Jurídica do Município de Guia Lopes da Laguna/MS;

Por fim, para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação: A) Ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude; B) à imprensa do MPE/MS para publicação no DOMP.

Cumpra-se.

Jardim/MS, 20 de junho de 2018.

LIA PAIM LIMA  
Promotora de Justiça